Serzedelo, mas nos limites da freguesia de Oliveira, por onde os recorrentes se acham colectados;

Que o mesmo baldio constitui o montão comum dos moradores dos lugares do Outeiro, Passos e Igreja, da mesma freguesia de Oliveira, tendo-lhes sido aforado pela competente Câmara do dito concelho da Póvoa do Lanhoso;

Que tendo, em tempo, os moradores da freguesia de Serzedelo, deduzido opposição a tal aforamento, dela desistiram, tendo nela concordado a respectiva junta;

Que nem se compreendia que, sendo o montão da freguesia de Serzedelo, não compartilhassem dele;

Que, quando se procedeu à formação da matriz do concelho, em execução do decreto de 1881, foi o Montão do Além do Rio inscrito na matriz da freguesia de Oliveira, sendo a contribuição reclamada lançada em nome de Manuel José Barbosa e outros, que são os demais recorrentes, sendo o primeiro filho daquele referido Barbosa;

O que visto e ponderado, sendo as partes legítimas, e o recurso interposto em tempo, e ouvido o Ministério Público:

Considerando que a certidão do fl. . . . prova que os recorrentes, não tendo sido citados para a cobrança coerciva, nos termos das leis indicadas, estavam em tempo de recorrer, como alegam;

Considerando que, pelos documentos n.ºs 1 e 2, de fl. 11 a 19, se mostra que o montão baldio, sobre que incidiu a reclamada contribuição, é situado na dita freguesia de Oliveira e não na de Serzedelo, constituindo um montão comum dos habitantes dos lugares do Outeiro, Passos e Igreja, da mesma freguesia (documentos a fl. 19), tendo já, em tempo, os moradores de Serzedelo desistido da opposição que tinham feito ao aforamento do dito montão aos moradores da freguesia de Oliveira, tendo as juntas do paróquia das duas freguesias concordado no mesmo aforamento aos paroquianos de Oliveira (documento a fl. . . .);

Considerando que os recorrentes, dovidamente inscritos pelo mencionado montão, na freguesia de Oliveira, não podiam nem deviam presumir que também o fôsem na de Serzedelo, havendo, portanto, fundamento para o recurso extraordinário:

Hei por bem, sobre proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a mesma consulta, conceder provimento no recurso quanto aos concorrentes não citados para a execução.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governô da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães*.

DECRETO N.º 1:791

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 15:272, oportunamente interposto por José de Oliveira, morador na cidade de Braga, freguesia da Sé, Rua do Castelo, contra o acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de 4 de Dezembro de 1914, que, concedendo provimento no recurso da sentença do juiz de direito de 31 de Outubro do mesmo ano, julgou subsistente a autuada transgressão do disposto no decreto de 31 de Agosto de 1912, artigo 2.º, pois que o recorrente recolhia na sua garage, desde 15 de Setembro de 1914, além do seu automóvel de aluguer, o automóvel marca *Elcelsior*, com o número de matrícula 1:054, da circunscrição Norte, pertencente a Zenha & C.ª, sem fazer a declaração a que se referem os decretos de 27 de Maio de 1911, artigo 8.º, e de 29 de Junho de 1914, artigo 2.º, e de que foi relator o vogal efectivo, Dr. Abel de Andrade:

Mostra-se que Augusto Martins, fiscal de 2.ª classe do corpo de fiscalização dos impostos, em serviço no concelho de Braga, levantou em 15 de Outubro de 1914 auto de transgressão do disposto no decreto de 31 de Agosto

de 1912, artigo 2.º, contra José de Oliveira, da cidade de Braga, freguesia da Sé, Rua do Castelo, que, desde 15 de Setembro de 1914, recolho na sua garage, sita na mesma Rua, além do seu automóvel de aluguer, marca *Dion Bouton*, com o número de matrícula 652, da circunscrição Norte, o automóvel marca *Elcelsior*, com o número de matrícula 1:054, da mesma circunscrição, pertencente a Zenha & C.ª, guiado pelo *chauffeur* de nome Argentino, sem haver prestado no prazo indicado no decreto de 31 de Agosto de 1912, artigo 2.º, a declaração expressa nos decretos de 27 de Maio de 1911 e de 29 de Julho de 1914; e, por esta omissão, incorre na multa estabelecida no decreto de 27 de Maio de 1911, artigo 16.º, § 3.º Foram cumpridos os preceitos applicáveis do decreto de 26 de Maio de 1911. O arguido José de Oliveira declarou que, em verdade, recolho na mesma garage em que está o seu carro, ao presente inutilizado, como oportunamente participou à Repartição de Finanças, o carro de Francisco Fontainhas, que reside com elle, e Argentino César, na casa que serve de garage onde esteve também até o dia 10 de Outubro de 1914, o automóvel a que se refere o auto; pertencente a Argentino César e não à firma Zenha & C.ª;

— que a casa em que habitam o arguido, Francisco Fontainhas e Argentino César, está arrendada por todos, como consta do titulo de arrendamento que apresenta a fl. 11.

As testemunhas do autuante confirmam os dizeres do auto de fl. 8 e seguintes.

O arguido, em 28 de Outubro de 1914, juntou o documento do fl. 14 donde consta que, em 22 de Maio de 1914, Argentino César tomou a seu serviço um automóvel da marca *Elcelsior*, com o número de matrícula 1:054, da circunscrição Norte, pertencente à firma Zenha & C.ª, por 2.600\$, pagos em prestações, devendo este automóvel considerar-se propriedade do referido César quando este concluisse o pagamento indicado. E o secretário do finanças, por despacho de 31 de Outubro de 1914, julgou insubsistente a transgressão porque a garage em que se encontrava o automóvel, a que se refere o auto, estava arrendada ao arguido, a Argentino César e a Francisco Fontainhas, sendo certo que esse mesmo automóvel pertencia a Argentino César, um dos arrendatários da garage em que o automóvel era recolhido.

Mostra-se que do despacho do secretário do finanças recorreu o autuante para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, alegando:

— que o autuado não era o proprietário do automóvel, a que se refere o auto, e, por isso, devia fazer, no prazo legal, a declaração imposta pelo decreto de 27 de Maio de 1911, artigo 8.º;

— que não procede a alegação de que o automóvel, a que se refere o auto, pertencia a Argentino César, visto que, pelo regulamento sobre a circulação dos automóveis, de 27 de Maio de 1911, artigo 20.º, é considerada proprietária do automóvel a pessoa que o livrete do mesmo indicar, e prova-se, pela certidão de fl. 24 v, que o mesmo automóvel está inscrito, na circunscrição do Norte, em nome da firma Zenha & C.ª, e por esta mesma firma foi solicitada a respectiva licença fiscal, nos dois últimos trimestres, como prova o documento de fl. 25 v;

— que o mesmo automóvel se encontra em poder e ao serviço da mesma firma Zenha & C.ª, como prova a declaração junta a fl. 26. O inspector de finanças, informando, como ordena o Decreto de 26 de Maio de 1911, artigo 3.º, § 3.º, entende que deve ser provido o recurso interposto. E com este parecer se conformou o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, por acórdão de 4 de Dezembro de 1914.

O que tudo visto e ponderado; ouvido o Ministério Público;

Considerando que o tribunal é competente, as partes são legítimas e os próprios que estão em juízo e que neste

recurso interposto no prazo legal foi empregado o processo competente;

Considerando que o recorrente José de Oliveira, ao ser levantado o auto do fl. 2 o seguintes, recolhia habitualmente na sua garage, sita na cidade do Braga, freguesia da Sé, Rua do Castelo, 21-23, além do seu automóvel de aluguer, marca *Dion Bouton*, com o número de matrícula 652, da circunscrição Norte, o automóvel marca *Elcel-sior*, com o número de matrícula 1:054, da mesma circunscrição, o este automóvel ao ser levantado o auto de 15 do Setembro de 1914, pertencia à firma *Zenha & C.^a*, como provam o documento de fl. 14, a declaração de fl. 26 e a matrícula de fl. 24 v;

Considerando que o recorrente, como proprietário da garage de recolha de automóveis, não declarou no prazo legal o número do automóvel que habitualmente recolhia, pertencente à firma *Zenha & C.^a*, e, por esta omissão, incorreu na multa cominada no decreto de 27 de Maio de 1911, artigo 16.º, § 3.º, por força do decreto de 31 de Agosto de 1912, artigo 6.º:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a presente consulta; decretar a negação do provimento no recurso interposto.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*.—*Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

2.ª Repartição de Instrução Primária e Normal

Serviço do pessoal

DECRETO N.º 1:792

Tendo sido alterado, pela lei orçamental do Ministério de Instrução Pública, de 30 de Julho de 1914, o regime de promoção de classe dos professores de instrução primária, convindo, por isso, harmonizar com o preceituado na referida lei, as disposições regulamentares sobre esse assunto:

Usando das atribuições que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, e nos termos do artigo 175.º do decreto com força de lei, de 29 de Março de 1911, decretar o seguinte regulamento:

Artigo 1.º Os professores de instrução primária, quer para o ensino infantil, quer para o ensino elementar, constituem três classes e terão direito aos vencimentos fixados na tabela anexa ao decreto com força de lei de 29 de Março de 1911.

Art. 2.º Pertencem à 3.ª classe os professores que ainda não tenham completado seis anos de bom e efectivo serviço; pertencem à 2.ª classe os professores que tiverem completado mais de seis anos e menos de doze anos de serviço, igualmente bom e efectivo; pertencem à 1.ª classe os professores que hajam completado doze anos de bom e efectivo serviço.

§ único. Para a promoção de classe será contado aos professores o tempo de serviço prestado como ajudantes ou interinos.

Art. 3.º Todos os anos, e até 31 de Dezembro, publicar-se há a lista dos professores que, durante o ano lectivo findo, tenham adquirido direito à promoção de classe.

§ único. Para a elaboração desta lista os inspectores de circunscrição enviarão todos os anos, até 31 de Outubro, ao Ministério de Instrução, um mapa dos professores nas condições deste artigo, contendo a indicação do tempo e qualidade do serviço de cada um dos professores.

Art. 4.º As promoções de classe serão referidas à data em que os professores tiverem completado os seis ou

doze anos de bom e efectivo serviço, devendo ser-lhes abonada a diferença de vencimentos a partir dessa data.

§ único. Os professores que tenham completado o tempo de serviço necessário para a promoção de classe antes da publicação da lei orçamental do Ministério de Instrução Pública, de 30 de Junho de 1914; só serão abonados da diferença de vencimentos, por virtude dessa promoção, a partir de 1 de Julho do mesmo ano.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*João Lopes da Silva Martins Júnior*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral da Agricultura

PORTARIA N.º 430

Tendo em atenção o disposto no § único do artigo 36.º do decreto n.º 866, de 16 de Setembro de 1914; e

Atendendo a que se deu cumprimento ao disposto no artigo 31.º do citado decreto:

Manda o Governo da República Portuguesa que, dentro das disponibilidades dos dois primeiros duodécimos aprovados, se distribuam pela seguinte forma as verbas destinadas aos concursos e exposições pecuárias nos meses de Julho e Agosto do corrente ano económico:

A

Concursos e exposições pecuárias regionais nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 866	Prémios aos expositores	Despesas de instalação	Total
Um de ovinos (Guarda e Gouveia, alternadamente)	192,500	20,500	252,500
Um de cães de guarda (Serpa)	30,500	10,500	

B

Concursos e exposições pecuárias de iniciativa particular, nos termos do artigo 21.º do decreto n.º 866	Subsídios
1—Câmara Municipal de Pombal	106,500
2—Comissão organizadora da feira de gado em Monção	57,500
3—Associação Comercial de Guimarães	150,500
4—Câmara Municipal de Vila Flor	60,500
Total	373,500

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—O Ministro do Fomento, *Manuel Monteiro*.

Repartição Técnica

Secção dos Serviços Agrícolas

PORTARIA N.º 431

Tendo em vista o disposto no § 7.º da base 3.ª da lei de 14 de Julho de 1899;

Atendendo ao disposto no artigo 2.º do decreto de 15 de Março de 1913, e

Considerando que foi recentemente matriculada uma nova fábrica de moagens e que algumas das anteriormente matriculadas foram eliminadas da respectiva matrícula;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que o rateio do trigo, quer nacional quer exótico, pelas fábricas de moagem, de massas e de bolachas e biscoitos, devidamente matriculadas, se faça, no corrente ano cerealífero, segundo as tabelas anexas a esta portaria e que dela fazem parte integrante.

Dado nos Paços do Governo da República e publicado em 5 de Agosto de 1915.—O Ministro do Fomento, *Manuel Monteiro*.